

REUNIÃO CNDM 4 e 5 de novembro 2014

BALANÇO DA GESTÃO
2012/2014

Ministra Eleonora Menicucci

Pontos de destaque da gestão 2012/2014

- Fortalecimento institucional, da participação social e de programas e políticas.
- Desenvolvimento das ações SPM: gestão transversal, com a articulação intragovernamental e o fomento à participação social.
- Monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

- Instrumento primordial para a promoção da igualdade e o enfrentamento à discriminação contra a mulher.
- Compreende os anos de 2013 a 2015. Organizado em dez capítulos com objetivos gerais e específicos, metas, linhas de ação e ações.

Gestão e monitoramento do PNPM

Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM.

- Atualmente possui 32 órgãos governamentais como membros efetivos, além de três representações do CNDM, garantindo a transversalidade em todas as fases do Plano.
- Podem ser convidados a participar das reuniões especialistas e representantes de outros órgãos ou entidades públicas e privadas.
- Instituído pelo [Decreto nº 5.390 de 8 de março de 2005](#); reformulado pelo [Decreto nº 6.269, de 22 de novembro de 2007](#); e, mais recentemente, pelo [Decreto nº 7.959 de 13 de março de 2013](#).

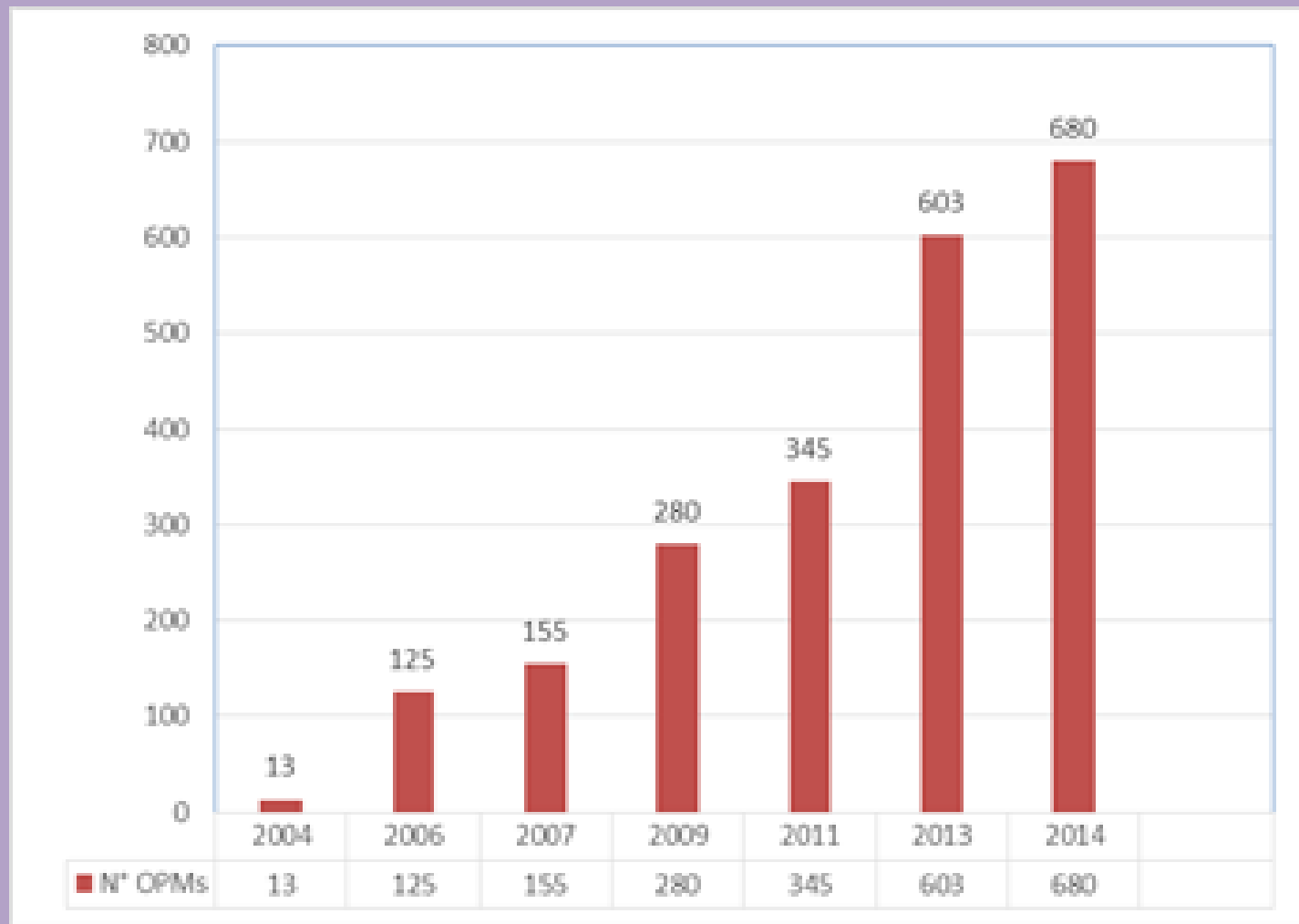
Mecanismos de gênero na esfera federal

- Garantem a implementação de políticas para as mulheres de forma efetiva.
- Estimulam a transversalização da temática de gênero na elaboração e implementação das políticas públicas.
- Ministérios com mecanismos de gênero: Relações Exteriores, Pesca e Aquicultura, Comunicações, Defesa, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Trabalho e Emprego, Minas e Energia, Saúde.
- Órgãos estatais: IPEA, Banco do Brasil, Caixa Econômica. Fundação Nacional do Índio

Organismos de políticas para as mulheres - OPM

- Promovem a política para as mulheres de forma transversal e integrada.
- Criados em governos estaduais e municipais.
- Primordiais na formação de parcerias para promoção da cidadania e dos direitos das mulheres.
- Em 2014: 680 organismos, sendo 25 estaduais e 655 municipais.

Evolução do Número de OPMs



Organismos de políticas para as mulheres - OPM

Quadro 2. Municípios e Organismos de Políticas para as Mulheres por Estado

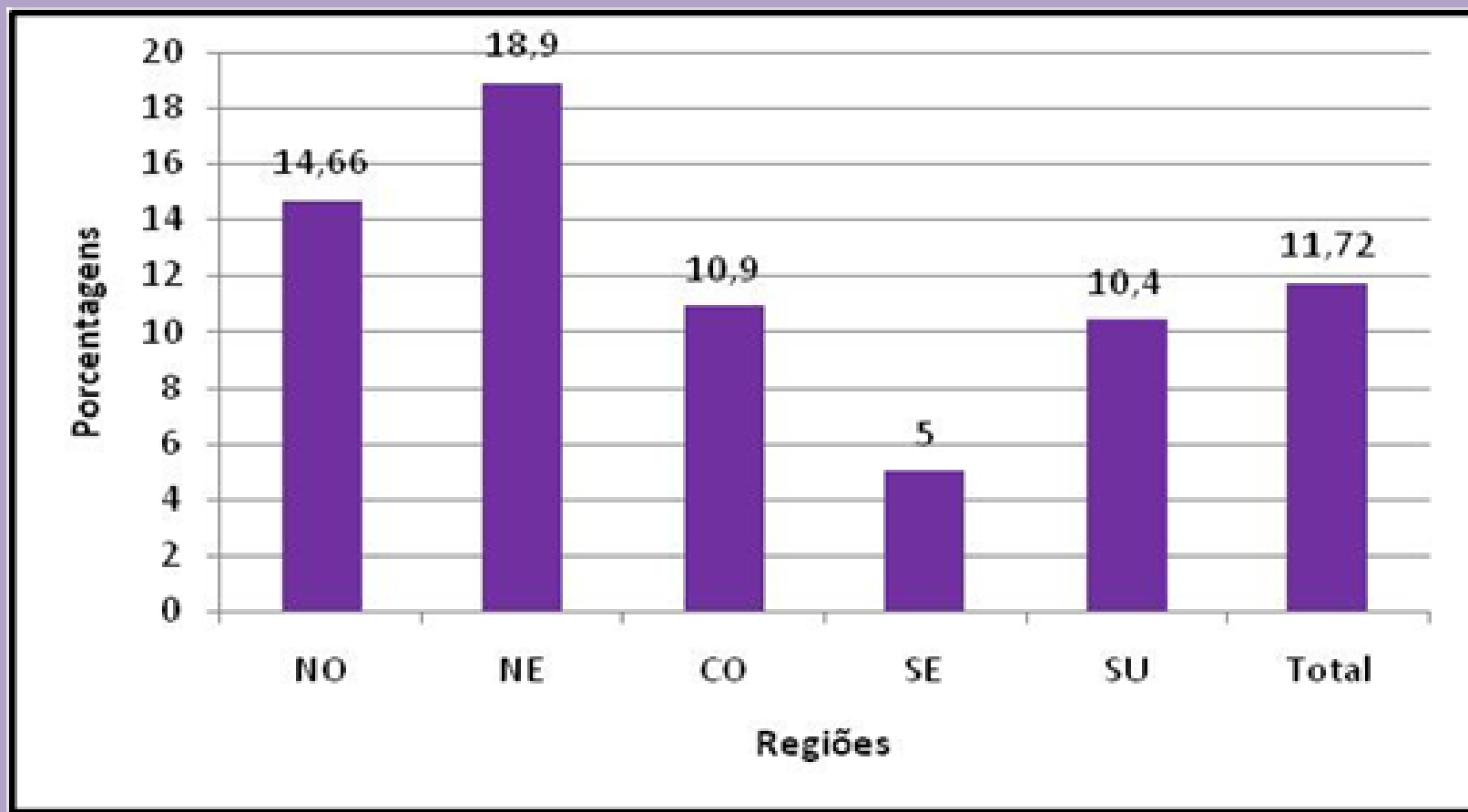
UF	Nº de Munic. por Estado*	OPM	UF	Nº de Munic. por Estado*	OPM	UF	Nº de Munic. por Estado*	OPM
AC	22	21	CE	184	7	MS	79	25
AM	62	9	MA	217	59	MT	141	2
AP	16	14	PB	223	19	ES	78	3
PA	144	14	PE	185	152	MG	853	15
RO	52	2	PI	224	1	RJ	92	28
RR*	15	1	RN	167	7	SP	645	38
TO	139	5	SE	75	30	PR*	399	12
AL	102	19	DF	1	1	RS	497	106
BA	417	37	GO	246	23	SC	295	6

Fonte: IBGE-Censo 2010, estimativa 2013 e SAIAT/SPM - julho/2014

*Atualmente somente os Estados de Roraima e Paraná não possuem OPM no nível de governança estadual

**Neste cálculo não foram considerados os 24 OPMs estaduais

Gráfico 2. Distribuição dos Organismos de Políticas para as Mulheres por região (%)



Organismos de políticas para as mulheres - OPM

- Dos 5.570 municípios brasileiros, 11,72 % possuem OPM;
- Nordeste destaca-se na criação de OPMs, proporcionalmente ao número de municípios (18,9%);
- Pernambuco, Rio Grande do Sul e Maranhão possuem o maior número de Organismos criados (152, 106 e 59 respectivamente mais os 3 OPM Estaduais);
- Cerca de 55% dos OPM (secretarias, coordenadorias, diretorias ou gerências) estão em municípios pequenos ou médios (menos de 50.000 habitantes);

Organismos de políticas para as mulheres - OPM

- 100% dos 16 Municípios com mais de 1.000.000 de habitantes (cerca de 15% da população brasileira) possuem OPM.
- Dos 55 mais populosos (que representam 1% do total de municípios do País e cerca de 33% da população), somente seis não possuem OPM (Cuiabá (MT), Joinville (SC), Campos (RJ), Vila Velha (ES), Mauá (SP) e Mogi das Cruzes (SP).

Organismos de políticas para as mulheres - OPM

- O status do OPM na hierarquia de governança estadual pode ser considerado uma das causas para desempenho aquém do esperado para alguns estados.
- Dos 24 OPMs estaduais mais o do Distrito Federal, 12 são secretarias de estado e 13 estão subordinados a outras secretarias com o status de coordenadorias, superintendências, diretorias ou núcleos.

Avanços na Legislação

- [Lei nº 12.605, de 03 de abril de 2012](#) determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diploma.
- [Decreto nº 7958, de 13 de março de 2013](#) estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.
- [Emenda Constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013](#), a chamada PEC das Trabalhadoras Domésticas, altera a redação do parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal, para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre as/os trabalhadoras/as domésticas/as e as/os demais trabalhadoras/as urbanas/as e rurais. Garante 16 novos direitos à categoria em benefício de cerca de 6,5 milhões de trabalhadoras (as) domésticas (as).
- [Lei nº 12.802 de 24 de abril de 2013](#), dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora de mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS, nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer, para dispor sobre o momento da reconstrução mamária.

Avanços na Legislação

- [Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013](#), dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.
- [Decreto nº 8.086 de 30 de agosto de 2013](#), institui o Programa Mulher Viver sem Violência.
- [Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014](#), institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS.
- [Lei nº 12.990 de 09 de junho de 2014](#) reserva aos negros 20% das vagas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos na administração pública federal, autarquias, fundações e empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.
- [Lei 13.025 de 04 setembro 2014](#) (Central de Atendimento 180) autoriza o poder executivo a disponibilizar em âmbito nacional número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.

Avanços no Campo Jurídico

Supremo Tribunal Federal tomou decisões de impacto na agenda de gênero, listadas a seguir:

- Julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental N.º 54 (ADPF N.º 54), em 2012 determinou a constitucionalidade da interrupção da gravidez de fetos anencéfalos, ampliando a possibilidade do aborto legal para além do risco de morte da mulher e gravidez resultante de estupro;
- A decisão de criação, em 2012, das Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, conforme previsto na Lei Maria da Penha.

Avanços no Campo Jurídico

- Parecer positivo à constitucionalidade da Lei Maria da Penha - a [Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 4.424](#) e a [Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC 19](#) colocaram em discussão se a ação penal depende da representação da vítima nos casos de violência doméstica contra a mulher (09/02/2011).
- A primeira decisão do STF foi unânime e a segunda foi favorável por 10 votos a um.
- As vitórias foram importantes para a aplicabilidade integral da lei, o fim do debate doutrinário e a possibilidade de celeridade nos processos judiciais.

Caso Alyne Pimentel

- No âmbito do Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Comitê CEDAW), o caso Alyne Pimentel, foi paradigmático. Simbolizou o respeito do Estado brasileiro pelo direito internacional e pelo reconhecimento de suas responsabilidades em caso de violações de direitos.
- Em agosto de 2011, o CEDAW fez recomendações ao Brasil sobre a responsabilidade do Estado em relação à violação de obrigações de direitos ao acesso à saúde, à justiça e, ainda, a obrigação do Estado-Parte de regulamentar as atividades dos prestadores de serviços de saúde privados.
- O Brasil cumpriu as recomendações do Comitê de oferecer reparações simbólicas e financeiras à mãe da falecida Alyne Pimentel, além de ter adotado medidas de caráter geral, voltadas para a melhoria das condições de acesso à saúde, redução da mortalidade materna evitável e treinamento e capacitação dos profissionais que operam na área da saúde.

Orçamento SPM

Plano Plurianual (PPA) 2014:

- Incorporação da dimensão de gênero e raça no planejamento, alocação de recursos e avaliação das políticas e dos programas governamentais;
- Inclusão dos recortes de gênero e raça nos orçamentos públicos

Orçamento SPM

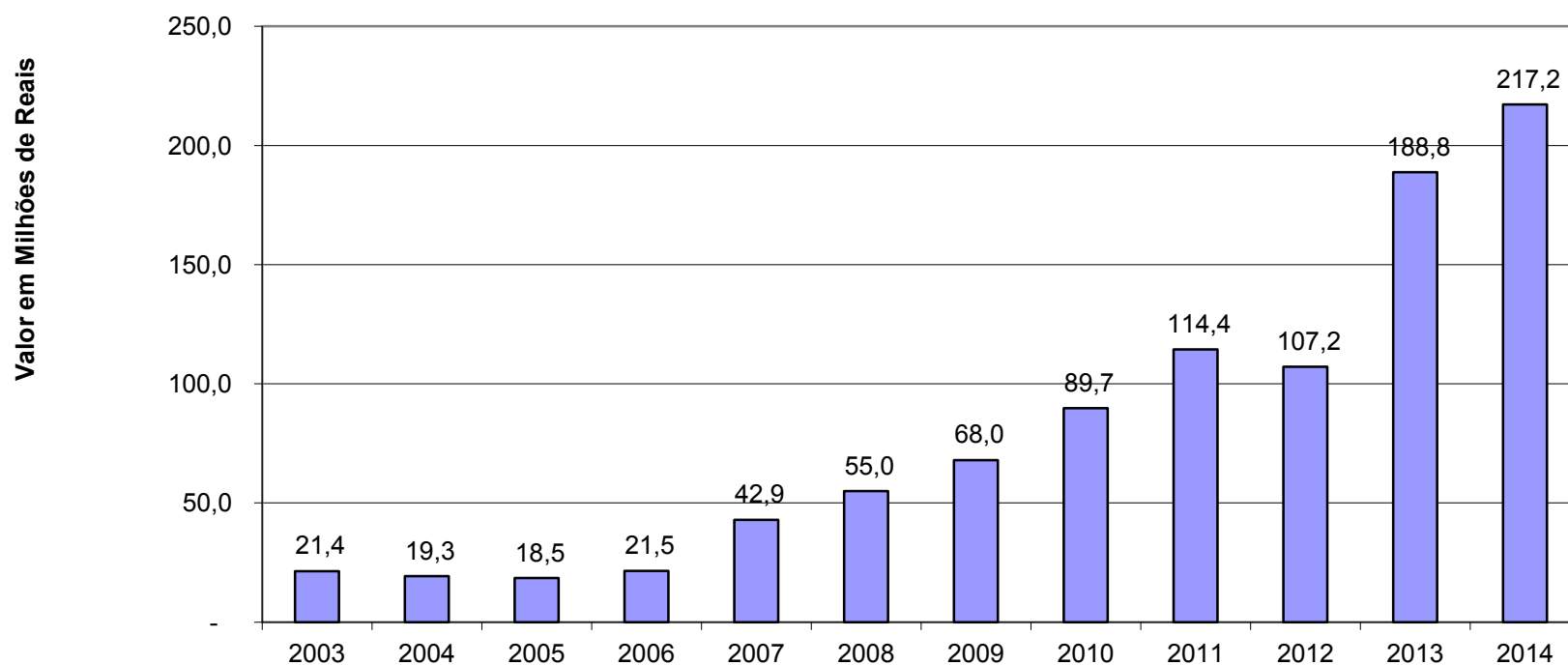
LOA	Valor nominal (R\$ mi)	Autorizado (movimentação e empenho)	Valor empenhado
2003	21,4	21,4	4,0
2004	19,3	24,9	16,2
2005	18,5	24,6	19,2
2006	21,5	27,1	19,0
2007	42,9	48,8	33,6
2008	55,0	61,4	55,9
2009	68,0	77,0	73,8
2010	89,7	89,7	75,8
2011	114,4	109,0	78,1
2012	107,2	108,0	85,9
2013	188,8	158,1	151,1
2014	217,2	100,0	89

* Fonte: Siga Brasil

A execução do orçamento de 2014 ainda está ocorrendo. Além disso, esse ano, o Decreto nº 8.197 fixou nossas despesas discricionárias em R\$ 82.399.998 e para o PAC ficou R\$ 18.733.466. Por isso, o nosso limite para movimentação e empenho está mais baixo esse exercício.

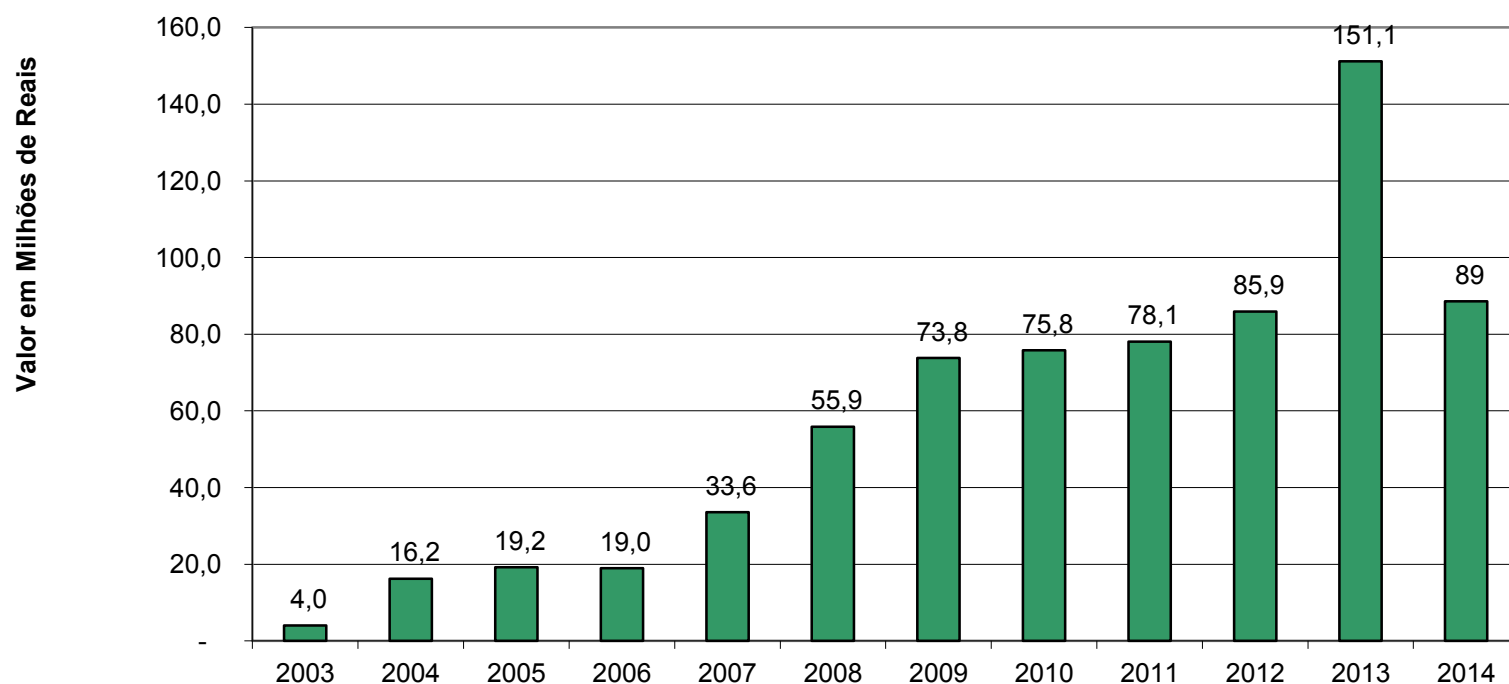
Orçamento SPM

Orçamento da SPM 2003-2014



Orçamento SPM

Valor empenhado



Fortalecimento da Participação Social

- Fortalecimento do CNDM: frequência e periodicidade as reuniões; participação de conselheiras em eventos internacionais e nacionais
- Rede de conselhos estaduais e municipais, instâncias de discussão e deliberação das políticas para as mulheres dos respectivos estados e municípios, com participação da sociedade civil e regras e funcionamento individuais
- Atualmente estão em funcionamento 24 Conselhos estaduais e 215 municipais.

Enfrentamento à Violência contra as mulheres

Lançamento da Campanha Compromisso e Atitude – Lei Maria da Penha – A lei é mais forte em 2012

Programa Mulher Viver sem Violência (Lançado em março de 2013)

- Visa combater as várias formas de violência contra as mulheres, assegurando a implementação a Lei Maria da Penha: “Acolher, cuidar e libertar as mulheres”.

Possui cinco estratégias de ação:

- Casa da Mulher Brasileira;
- Ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180;
- Expansão dos Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteiras secas;
- Organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual;
- Campanhas continuadas de conscientização.

Enfrentamento à Violência contra as mulheres

Investimentos do Programa:

- custo médio das Casas da Mulher: aproximadamente R\$ 8 milhões cada uma;
- R\$ 25 milhões para a ampliação da Central de Atendimento às Mulheres – Ligue 180;
- R\$ 20 milhões para a adequação dos espaços físicos dos IMLs e da Rede Hospitalar de Referência, bem como para a capacitação de agentes da saúde e de segurança pública para o adequado atendimento às mulheres vítimas de violência sexual;
- Aproximadamente R\$ 1 milhão para a instalação dos núcleos em regiões de fronteira seca.

Enfrentamento à Violência contra as mulheres

Situação das Casas da Mulher Brasileira

Local	Observações
CAMPO GRANDE	Recebimento pela Ministra em 13/11 e instalação (do Tribunal, Deam, Defensoria, MP, etc) para 05/12.
BRASÍLIA	Em obra para 17/12.
VITÓRIA	Em obra para fevereiro/2015.
CURITIBA	Em obra para março/2015.
SÃO PAULO, SALVADOR, FORTALEZA, SÃO LUÍS	Licitação da obra concluída, contrato assinado e aguarda aprovações da prefeitura para início imediato das obras.
BOA VISTA	Licitação da obra em 11/11.
MACEIÓ, ARACAJU, PORTO ALEGRE, PALMAS, TERESINA, RIO BRANCO, BELÉM	Projetos em desenvolvimento, Licitação das obras em 2014.
RIO DE JANEIRO, MACAPÁ, FLORIANÓPOLIS, MANAUS, PORTO VELHO	Terrenos já definidos, em trâmite de documentação de cartórios.

Enfrentamento à Violência contra as mulheres

Ampliação da Central de Atendimento à Mulher–Disque 180:

- Sancionada, em 03 de setembro de 2014, a lei 13.025 que autoriza o poder executivo a disponibilizar em âmbito nacional número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher
- Transformação, em 2014, do Ligue 180 em disque denúncia
- Central passou a ter a atribuição de receber, tratar e encaminhar as denúncias aos órgãos competentes da Segurança Pública e dos Ministérios Públicos de cada Unidade da Federação.
- Até junho de 2013, o Ligue 180 cobria mais de 50% dos municípios de 17 estados.
- Em dezembro de 2013, passou a cobrir mais de 50% dos municípios de 23 estados.
- De 2012 para 2013 foram atendidos 318 novos municípios.
- Hoje o Ligue 180 atende a 70% dos municípios do país.

Enfrentamento à violência contra as mulheres

Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência

- Ações e serviços públicos especializados de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à melhoria da qualidade do atendimento às mulheres.
- Serviços Especializados na Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual - 273 (Fonte: CNES/DATASUS/MS, Categoria: nº 165, em 04/11/2014)
- Centro Especializado de Atendimento às Mulheres: 234 unidades (Fonte: Disque 180, Set/2014).
- Casa Abrigo: 77 unidades (Fonte: Disque 180, Set/2014).
- Núcleos de Atendimento Especializado da Defensoria Pública: 42 unidades (Fonte: Disque 180, Set/2014).
- Delegacias de Atendimento a Mulher/Núcleos/Sessões: 442 DEAMs, 26 Núcleos e 105 sessões em Delegacias Comuns (Fonte: SENASP/MJ/2014).
- Juizados, Varas Especializadas e Varas Adaptadas: 101 unidades (Fonte: Disque 180, Set/2014).
- Núcleos de Ministérios Públicos Estaduais Especializados em Violência/Promotorias Especializadas: 58 unidades (Fonte: Disque 180, Set/2014).

Enfrentamento à violência contra as mulheres

Núcleos de atendimento às mulheres em regiões de fronteira secas

- Serviços especializados de atendimento às mulheres nos casos de violência de gênero. Inclui tráfico de mulheres e as vulnerabilidades provenientes do fenômeno migratório.
- São adaptados à realidade das fronteiras.
- Especialmente capacitados para lidar com as especificidades das mulheres migrantes e brasileiras retornadas, com serviços como atendimento jurídico especializado e que promovam a autonomia econômica.
- Atualmente existem três que atuam em parceria com os CRAMs (Centro de Referência e Atendimento à Mulher) e CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Estão em fase de adequação.
 - Foz do Iguaçu, PR (fronteira com Paraguai e Argentina)
 - Oiapoque, AC (fronteira com Guiana Francesa)
 - Pacaraima, RR (fronteira com Venezuela) .

Enfrentamento à Violência contra as mulheres

- **Núcleos de atendimento às mulheres em regiões de fronteira secas**

A meta é ampliar o número para dez. Os novos núcleos serão localizados em:

- Santana do Livramento, RS (fronteira com o Uruguai);
- Ponta Porã, MS (fronteira com o Paraguai);
- Corumbá, MS (fronteira com a Bolívia e próximo à fronteira com o Paraguai);
- Jaguarão, RS (fronteira com o Uruguai);
- Brasiléia, AC (fronteira com a Bolívia e próximo à fronteira com o Peru);
- Tabatinga, AM (fronteira com a Colômbia);
- Bonfim, RR (fronteira com a Guiana Inglesa);

Jaguarão, Ponta Porã, Corumbá, Bonfim e Santana do Livramento já têm terrenos ou prédios assegurados e estão em processo de elaboração de projeto e licitação.

CENTROS DE FRONTEIRAS SECAS

(terrenos recebidos pela SPM)

- CORUMBÁ MS
- BONFIM RR (prédio)
- PONTA PORÃ MS
- JAGUARÃO RS
- Reuniões para definir serviços que atuarão nos centros de fronteira realizadas em todas as cidades que possuem terrenos
- Projetos de obras em desenvolvimento
- Licitação da obra em Corumbá Dezembro 2014

Enfrentamento à violência contra as mulheres

Unidades móveis de enfrentamento à violência contra as mulheres

- 54 veículos, adquiridos pela SPM, com investimento total de R\$ 30 milhões
- Custo unitário é de R\$ 550 mil.
- Foram entregues 53 aos estados ou municípios (41 unidades em atividade)
- Estão em licitação mais 10 unidades para serem entregues aos municípios: São Paulo/SP, Ponte Nova/MG, Arapiraca/AL, Passo Fundo/RS, Dourados/MS, Crateús/CE, Petrópolis/RJ, Riacho de Santana/BA, Monte Alegre/GO e ao estado de Rondônia
- Planejamento, articulação e monitoramento das ações das unidades móveis serão feitos pelos Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Foram criados a partir de 2013 para articular os atores locais e regionais (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros).
- Compostos por representantes do governo e da sociedade civil, eles promoverão ação conjunta no combate à violência contra as mulheres, à luz das diretrizes nacionais, levando em consideração as especificidades locais e regionais.

Enfrentamento à violência contra as mulheres

Barcos

- Parceria com a Caixa Econômica compartilhando a navegação que a agência fluvial da Caixa faz na Ilha do Marajó chegando a nove municípios.
- Foram 8 viagens este ano, com duração de 3 semanas cada uma. As principais atividades nos municípios são:
 - Reuniões com autoridades locais e Articulação com representantes da segurança pública e do judiciário
 - Articulação com serviços municipais de saúde e ação social
 - Reuniões com as mulheres locais
 - Em Brasília, parceira com o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério da Saúde para engajamento dos agentes comunitários de saúde e representantes do Sistema Nacional de Assistência Social nas ações nos municípios do Marajó.

Enfrentamento à Violência contra as mulheres

Cobrança de indenização do agressor pelo INSS

- Parceria SPM/MPS/INSS
- iniciada em julho de 2012, a cobrança de indenizações do agressor, por intermédio do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para o ressarcimento da União com os gastos obtidos com os/as dependentes da mulher agredida, sequelada ou assassinada.
- Fortalece o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher segurada da Previdência Social.
- Elas são maioria entre os beneficiários do RGPS e do INSS, para qualquer faixa etária considerada.

Enfrentamento à violência contra as mulheres

Ações da SPM em relação à Política Nacional de Atendimento às Mulheres em situação de privação de liberdade e egressas o Sistema Prisional (PNAMPE):

- Trabalho articulado com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) na composição do Comitê Gestor da PNAMPE – Art. 10. § 1.
 - Elaboração e validação dos Planos de Trabalho de 2014 para implementação da PNAMPE.
- Três reuniões realizadas desde a divulgação da PNAMPE – Art. 12.
 - Comitê Gestor será formalizado no DOU em novembro de 2014.
- Apoio a oficinas sobre aleitamento humanizado em unidades penitenciárias em parceria com DEPEN e Ministério da Saúde.
 - Atividades em unidades materno-infantis das penitenciárias no Rio de Janeiro e em Curitiba em novembro, com presença da SPM.
- Realização do 3º Encontro Nacional do Projeto Nacional de Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal com gestoras/es estaduais do Sistema penitenciário e de políticas para mulheres.
- Publicação do conteúdo da PNAMPE e Regras de Bangkok para gestoras/es do sistema penitenciário, prevista em 2014.

Igualdade no mundo do trabalho

Programa Pro-equidade e Gênero e Raça

- Criado em 2005, tem como objetivo ampliar a inserção e a permanência das mulheres nas empresas participantes e contribuir no acesso das mulheres a cargos executivos.
- Está Atualmente em sua 5ª Edição com a participação de 83 organizações públicas e privadas.
- O Programa atinge 1 milhão de trabalhadoras e trabalhadores, sendo 45% de mulheres e 55% de homens.
- Com relação à raça e etnia, entre as mulheres, 72% são brancas e 16,5% são negras. Amarelas e indígenas somam 1,36% e 0,18% no total.
- As organizações participantes do Programa Pró-Equidade apresentam **quase três vezes mais mulheres em cargos executivos** em comparação a outras empresas que ainda não aderiram ao Programa e significativa **melhoria nas relações de gestão de pessoas**.

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PARA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES

- Em 2012 e 2013. 91 projetos apoiados, sendo 51 para capacitações em áreas tradicionalmente masculinas.
- Capacitadas 16.695 mulheres urbanas, do campo e da floresta para promover seu acesso ao mercado de trabalho.

GARANTIA DE DIREITOS

- Aprovação da Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das Domésticas, ampliando de 13 para 29 os direitos garantidos a essas trabalhadoras, com destaque para o seguro desemprego, o FGTS, a proteção contra dispensa arbitrária ou sem justa causa e a jornada de 8h diárias.

Igualdade no mundo do trabalho

Prêmio APEX

- O Prêmio Apex-Brasil foi instituído em 2006 e é concedido a cada dois anos como reconhecimento do trabalho daqueles que se destacam na exportação, na atração de investimentos produtivos para o país e que contribuem efetivamente para a inserção ativado Brasil no mercado internacional.
- Em 2013, foi instituída nova categoria no Prêmio Apex-Brasil para mulheres nas áreas de negócio, por meio de uma cooperação entre SPM, MDIC e Apex –Brasil.
- Em 2014, pela primeira vez foi feito destaque para as mulheres empresárias.
- Fórum de Mulheres Empresárias: Reúne-se desde dezembro de 2013, pelo menos uma vez ao mês.

Mais Mulheres no Poder

- Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, constituído por indicação dos respectivos Presidentes dos Partidos . É composto, até 2014, por 23 partidos políticos e se reúne 2 vezes por semestre. Tem como tema: “Mais Mulheres no Poder”.
- Apoio à [campanha “Mulher, Tome Partido!”](#) Lançada em agosto de 2013 pela Bancada Feminina na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, visa a aumentar a participação das mulheres nos partidos políticos e possibilitar o aumento de candidaturas femininas tanto no Poder Legislativo quanto no Poder Executivo.
- Campanha “Mais Mulheres no Poder: Eu assumo este compromisso. Em 2014, foi editada e distribuída publicação com explicações sobre os diferentes cargos eletivos em disputa. E, também, plataforma pela igualdade de gênero, raça e etnia, com base no PNPM

Educação, cultura, ciência e tecnologia

- Programa Mulher e Ciência visa a inclusão da perspectiva de gênero em políticas públicas de educação. Publicou, entre 2004 e 2013, Editais de Pesquisa em Gênero, Mulheres e Feminismos, totalizando investimento de R\$ 21 milhões, em apoio a 721 projetos.
- Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero procura viabilizar as transformações culturais e difundir, por meio da educação e da formação de valores, atitudes não discriminatórias. Em 9 anos, o Prêmio teve 26.864 inscrições em todas as suas categorias, sendo 11.135 trabalhos recebidos no período de 2011-2013. A cada edição, os trabalhos premiados são publicados em livro e divulgados à sociedade.

Prêmios

- Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação seleciona e apoia financeiramente propostas de projetos com foco no estímulo à formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil. Em 2013, foram selecionadas 325 propostas, nas quais foram investidos R\$ 11 milhões, além de bolsas para estudantes e professoras/es do ensino médio. Objetivo é combater a evasão principalmente nos primeiros anos dos referidos cursos e despertar o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino do ensino médio e da graduação por essas profissões e para a pesquisa científica e tecnológica.
- Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável
- Prêmio Mulheres Negras contam sua história

Ações temáticas

Saúde da Mulher

- Desenvolvimento de instrumento de acompanhamento da implementação Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM
- *Seminário Caso Alyne Pimentel – Direito à Saúde Sexual e Reprodutiva: Enfrentamento da Mortalidade Materna*, em cumprimento às recomendações da Cedaw - Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher.
- Fortalecer a atenção à saúde das mulheres com deficiência, das mulheres lésbicas e bissexuais, contribuindo na elaboração das orientações para os profissionais e para os serviços, bem como elaborando planos de formação para os profissionais.
- **HIV/aids, sífilis e hepatites virais** : A SPM atuou para a incorporação da dimensão de gênero no planejamento das ações do Ministério da Saúde. Participa dos Fóruns para discutir o tema das mulheres e AIDs e mulheres vivendo com AIDs.
- **Câncer**: O Plano de Ação para o Controle do Câncer de Mama e de Colo do Útero no Brasil está fundamentado na Política Nacional de Atenção Oncológica (Portaria GM nº 2439/2005). A SPM integra o Comitê para acompanhamento da legislação sobre o tempo entre o diagnóstico e o tratamento.

Ações temáticas

Diversidade

- Formação de GT para melhorar acesso e acolhimento humanizado de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais no SUS
- Oficina de Formação da Comissão Nacional de Mulheres Indígenas
- Entrega do Prêmio Lélia Gonzalez em parceria com a SEPPIR.
- Realização, nos dias 25,26 e 27 de novembro, do Seminário Nacional sobre Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais

Ações Internacionais

Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher/MERCOSUL

Participação em Reuniões: maio de 2012, I RMAAM – Buenos Aires, Argentina; dezembro de 2012, II RMAAM, Brasília, Brasil; maio de 2013, III RMAAM – Montevideu, Uruguai; e, novembro de 2013, IV RMAAM – Caracas, Venezuela. A de dezembro de 2012 foi realizada no Brasil, durante a presidência pro-tempore brasileira.

Comissão Interamericana de Mulheres/OEA

- Entre 2011 a 2012, a Secretaria de Políticas para as Mulheres integrou o Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres.
- Participou das reuniões ordinárias do Comitê Diretor Washington, abril de 2012; Assunção, junho de 2014), das Conferências de Estados Partes do Mecanismo de Seguimento da Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará (III Conferência - Antigua, março de 2011; IV Conferência – Washington, abril de 2012) e da 36ª Assembleia de Delegada da CIM (San José, novembro de 2012).

Ações Internacionais

Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe

- Presidida pelo Brasil entre 2010 e 2013. ,
- Na [XII Conferência Regional](#) (Santo Domingo, outubro de 2013), a delegação brasileira contribuiu de forma efetiva para a aprovação do [Consenso de Santo Domingo](#) e para que ele reafirmasse os consensos anteriormente aprovados, a exemplo do [Consenso de Brasília](#), aprovado na XI Conferência Regional, realizada em Brasília, em julho de 2010.
- SPM participou da XLVII Reunião (Cidade do Panamá, Panamá, 3 e 4 de maio de 2012), XLVIII Reunião (Santiago, Chile, 7 e 8 de novembro de 2012), XLIX Reunião (Santo Domingo, República Dominicana, 14 de outubro de 2013), XL Reunião (Santiago, Chile, 19 e 20 de maio de 2014) e participará da XLI Reunião (Santiago, Chile, 17 a 19 de novembro de 2014).

Ações Internacionais

Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe/CEPAL-ONU

- SPM esteve diretamente envolvida na preparação das comemorações dos 20 anos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e do acompanhamento do tema. Participou ativamente da reunião do Comitê Especial da CEPAL sobre População e Desenvolvimento, que aprovou a realização da primeira Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, e da própria Conferência Regional, contribuindo de maneira decisiva para a aprovação do Consenso de Montevideu.

Ações Internacionais

- Vale destacar também a atuação do Brasil na I Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe (Montevidéu, agosto de 2013) e na elaboração e aprovação do [Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento \(2013\)](#)
- O documento aprovado em Montevidéu acordou mais de 120 medidas sobre oito temas identificados como prioritários para dar seguimento ao Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), afirmando que as políticas públicas para erradicar a pobreza, a exclusão e a desigualdade devem basear-se na integração da população à dinâmica do desenvolvimento sustentável com igualdade e respeito aos direitos humanos, e sublinhando, em todo o documento, a importância da igualdade de gênero.

Ações Internacionais

- A SPM tem defendido, nos diferentes foros internacionais, a posição firme de avançar nas políticas de gênero delineadas pelo Plano de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994). No período desse informe acompanhou os debates na Comissão de População e Desenvolvimento da ONU, participando da 45ª e 47ª Sessão da CPD (Nova Iorque, abril de 2012 e 2013) e de todo o processo de avaliação dos 20 anos de Cairo.
- Merece destaque a reativação da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, por meio do [Decreto nº 8009, de maio de 2013](#), assinado pela Presidenta Dilma Rousseff, que contribuirá para a formulação de políticas e para a implementação de ações integradas relativas à população e ao desenvolvimento. Sua composição, ao reunir 14 órgãos do governo federal e 9 entidades da sociedade civil, reconhece a transversalidade dos temas abordados no programa de ação de Cairo e o engajamento que requerem para sua efetivação.

Ações Internacionais

Comissão sobre a Situação da Mulher – CSW/ONU

- No âmbito da ONU, a SPM tem tido participação ativa nos debates e discussões da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), tendo estado presente nas quatro reuniões ordinárias realizadas pela CSW nesse período: 55ª, 56ª, 57ª e 58ª Sessões.
- O processo de avaliação da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foi um momento importante na 58ª reunião da Comissão sobre a Situação da Mulher que aconteceu em março em Nova Iorque.

CEDAW

- Merece destaque neste relatório a apresentação ao Comitê CEDAW (Genebra, fevereiro de 2012), do [VII Informe periódico do Brasil](#) à implementação da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. O Comitê avaliou a apresentação do Brasil e posteriormente encaminhou suas [recomendações](#) para o aprofundamento do cumprimento da Convenção no País.
- Importante citar ainda a participação da ministra da SPM, representando a Presidenta da República, nas comemorações dos 30 anos do Comitê CEDAW (Nova Iorque, junho de 2012).

Ações Internacionais

Outros fóruns de promoção e defesa dos direitos das mulheres

- A inserção da temática de gênero em outros foros de que o Brasil faz parte, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Foro Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e no grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), tem promovido iniciativas como a Campanha da CPLP de Combate à Violência; a criação do Fórum de Mulheres do IBAS; e o Seminário do BRICS sobre População e Desenvolvimento.
- ***Cooperação bilateral***
- Além da participação em organismos regionais e multilaterais de promoção e proteção dos direitos das mulheres, o Brasil mantém acordos de cooperação bilateral com diferentes países.

Ações Internacionais

- O reconhecimento internacional da Lei Maria da Penha como modelo de legislação para o enfrentamento à violência acrescentou esta área de ação às principais demandas de diferentes países. Merecem destaque, ademais, as atividades de combate ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. A SPM está implementando a Estratégia Nacional de Fronteiras, que consiste em ações de prevenção e atenção a mulheres em situação de violência, que se encontram em condições de maior vulnerabilidade nessas regiões.
- Os investimentos dirigidos ao fortalecimento e capacitação da Rede de Serviços nas regiões do Oiapoque (estado do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa), onde foi inaugurada em 2011 uma Casa do Migrante; e de Pacaraima (estado de Roraima, fronteira com a Venezuela), onde foi inaugurado um Centro de Referência Binacional de Atenção a Mulheres e instituído um Comitê Binacional Fronteiriço Brasil-Venezuela de Combate a Violência contra a Mulher

Observatório

Três eixos centrais de trabalho:

- análise e monitoramento de indicadores: atua com IBGE e o IPEA para discutir e qualificar a produção de dados no país, de modo a garantir o recorte de gênero e suas interseccionalidades (cor/raça, faixa etária, região, entre outras) nas análises produzidas
- produção e disseminação de informações
- diálogo internacional.

Observatório

- Importante avanço: a elaboração do [Relatório Anual Socioeconômico da Mulher](#) (RASEAM). Ele foi instituído por meio da [Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010](#), sob a responsabilidade do Poder Executivo, para monitoramento produção e disseminação de dados sobre a realidade das mulheres e as políticas para a igualdade de gênero.
- A segunda edição do RASEAM será publicada no segundo semestre de 2014

Gestão 2012/2014 - SPM/PR

- Instalações físicas SPM/PR: em novembro 2013, a SPM mudou-se para o Centro Cultural Banco do Brasil, onde possui melhores instalações para desempenho das ações e políticas do órgão.
- Formação de quadro próprio da SPM/PR: chegada de 17 Analistas Técnicos de Políticas Sociais (ATPS), que integraram o quadro do órgão por meio de concurso público.
- Criação da Assessoria do Campo e da Floresta (Decreto nº 8.030, de 20 de junho de 2013)
- Criação da coordenação de diversidade no âmbito da SAIAT (Decreto nº 8.030, de 20 de junho de 2013)
- Criação da Assessoria Jurídica (Decreto nº 8.195, de 12 de fevereiro de 2014).

DESAFIOS

- O maior desafio para construirmos o Brasil com mais equidade de gênero é a questão cultural. A SPM tem feito campanhas educativas amplas de sensibilização da sociedade, inserindo temas relacionados à equidade de gênero nos meios de comunicação.
- No entanto, a mudança cultural necessária para melhoria da situação da mulher na sociedade brasileira é lenta. A situação das mulheres no Brasil avançou muito. Porém, é preciso agir de forma estratégica para que o País siga avançando e enfrente os desafios que se apresentam para os próximos anos.

Desafios

- A estratégia de transversalidade demanda outras ações, tais como:
- Consolidar a incorporação da perspectiva de gênero e raça no diagnóstico do problema e na formulação das políticas públicas.
- Sensibilização e capacitação dos gestores públicos em toda a sua diversidade e extensão;
- Produção de dados desagregados por sexo e raça e de indicadores para subsidiar a elaboração de políticas públicas; e mecanismos de monitoramento e avaliação das metas desagregadas;
- Ampliação do espaço de participação democrática, com maior presença e atuação do Estado junto aos diversos segmentos dos movimentos de mulheres e feminista;

Desafios

- Outras ações importantes para a construção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres brasileiras, com firme enfrentamento á violência contra a mulher, são:
- A tipificação do crime de feminicídio;
- O avanço na criação de Organismos de Políticas para as Mulheres junto aos municípios e o fortalecimento da atuação dos existentes;
- A criação de um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres;
- O aumento da interiorização das políticas para as mulheres, para que alcance todos os rincões do Brasil.
- Consolidação do Programa Mulher Viver sem Violência.